

## **II Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco**

[Projeto de Resolução n.º 1965/XIII/4.<sup>a</sup> (CDS-PP, PSD, PS e BE)]

### **Reunião n.º 26**

(Sem revisão final)

29 de maio de 2019

(17h30 – 18h54)

**Ordem do dia:** Audição do Dr. Vítor Fernandes (ex-Administrador da Caixa Geral de Depósitos)

**Presidente da Comissão:** Luís Leite Ramos

**Deputados oradores:**

Mariana Mortágua (BE)

Cecília Meireles (CDS-PP)

Paulo Sá (PCP)

Liliana Silva (PSD)

João Paulo Correia (PS)

Fernando Virgílio Macedo (PSD)

O Sr. **Presidente** (Luís Leite Ramos): — Muito boa tarde a todos.  
Está aberta a reunião.

*Eram 17 horas e 30 minutos.*

Temos hoje connosco o Dr. Vítor Fernandes, a quem agradeço a presença nesta II Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos.

Queria relembrar que o objeto desta Comissão é, entre outros, o do apuramento das práticas de gestão de crédito e de outras modalidades de financiamento da Caixa Geral de Depósitos desde o ano de 2000, bem como a apreciação da atuação dos seus órgãos societários, incluindo os de administração, fiscalização e auditoria dos diretores, dos auditores externos, dos governos, bem como dos supervisores financeiros.

Gostaria também de relembrar que, à luz do seu regime jurídico, as comissões parlamentares de inquérito têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, são instrumento qualificado de controlo parlamentar, recolha de informação e esclarecimento de factos, e é através destas comissões parlamentares de inquérito que o Parlamento exerce as suas funções gerais de fiscalização e controlo do Governo e da Administração Pública em defesa do cumprimento da Constituição e das leis.

Segundo o regime jurídico aplicável e o regulamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a Comissão pode convocar qualquer cidadão para depor sobre os factos relativos ao inquérito. A forma dos depoimentos rege-se pelas normas aplicáveis do Código de Processo Penal sobre prova testemunhal e o depoimento e a inquirição seguirão a grelha de tempos habitual.

Neste caso, não haverá uma intervenção inicial por parte do depoente porque assim me transmitiu essa vontade.

Haverá uma primeira ronda de 5 minutos de pergunta e resposta para cada grupo parlamentar e uma segunda ronda no mesmo modelo. Se for necessário, haverá uma terceira ronda com perguntas até 2 minutos e a resposta final conjunta.

A audição será pública, a não ser que, por razões fundamentadas e justificadas, haja lugar a resposta a perguntas que possam remeter para matérias que estejam sob o direito de reserva ou sigilo bancário, sendo necessário haver uma ronda final para tal.

Assim sendo, vamos começar esta audição.

Em primeiro lugar, em nome do Bloco de Esquerda, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Muito boa tarde a todas e a todos.

Dr. Vítor Fernandes, penso que talvez fosse útil se começasse por nos indicar quando é que entrou para a Caixa, que pelouros teve e que atividades é que desempenhou desde a altura em que entrou, que penso ter sido por volta dos anos 2000/2001. Talvez seja útil precisar essas datas e os pelouros.

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes** (Ex-administrador da Caixa Geral de Depósitos): — Muito boa tarde, Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados. Eu entrei para a Caixa em meados de 2000, após a aquisição, por parte da Caixa, da Mundial Confiança.

Nessa altura, como sabem, a Mundial Confiança, que fazia parte do Grupo Champalimaud, foi adquirida pela Caixa Geral de Depósitos. Eu era, então, presidente da Mundial Confiança e nessa altura o Prof. António de Sousa convidou-me para, além de presidente da área de seguros — depois, acabou por ser de vice-presidente, mas... —, também assumir as funções de administrador da Caixa.

Nessa altura, tinha os pelouros dos seguros, naturalmente, e tinha um pequeno pelouro na Caixa que tinha a ver com a gestão dos bens recebidos em dação e pagamento. Portanto, basicamente, tinha a minha atividade centrada na área dos seguros. Aliás, o meu gabinete principal até era nos seguros.

Não sou capaz de precisar a data concreta, mas por volta de 2003 pediram-me para eu assumir também responsabilidades na Caixa relativas à informática e à organização. E assim estive até 2004, aquele período em que a Caixa teve um Conselho de Administração e uma Comissão Executiva, na altura do Eng.º Mira Amaral, em que eu voltei outra vez a só ter o pelouro dos seguros, porque fiquei no Conselho de Administração só com a área dos seguros, porque havia uma Comissão executiva da Caixa.

Quando esse modelo se desfez, com o Dr. Vítor Martins, tenho quase a certeza de que continuei também só com o pelouro dos seguros.

Com a entrada do Dr. Santos Ferreira, portanto em 2004/2005 — tenho aqui a data, mas não..., estive a rever isso..., agosto de 2005 —, para além do pelouro dos seguros, que mantive — e gostava de recordar aos Srs. Deputados que, nessa altura, os seguros tinham crescido porque se tinha comprado a Império-Bonança —, fiquei novamente com o pelouro da informática e com os dos meios de pagamento, do *marketing* e do crédito à habitação. E assim fiquei até ao final de 2007.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E foi nessa altura, quando estive ligado aos seguros do Grupo Champalimaud, que conheceu também o Dr. Santos Ferreira, mesmo antes de, depois, se ter reencontrado com ele na Caixa, ou não tinha ligação ao Dr. Santos Ferreira?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Eu conheci o Dr. Santos Ferreira na Mundial Confiança. Portanto, não o conhecia, porque ele foi administrador

da Mundial Confiança na altura em que eu fui contratado como diretor da Mundial Confiança pelo antigo presidente da Mundial Confiança. Portanto, foi aí que o conheci.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Ou seja, conheceu o Dr. Santos Ferreira antes da Caixa Geral de Depósitos... Já se conheciam quando o Dr. Santos Ferreira foi para a Caixa Geral de Depósitos, digamos assim.

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Já nos conhecíamos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quando entrou para a Caixa, precisamente no ano de 2000, numa altura em que a Caixa tinha uma grande exposição ao BCP, fruto da aquisição e depois revenda de parte do Banco Pinto & Sotto Mayor, essa era uma grande preocupação dentro da Caixa? Ou seja, a exposição a um banco concorrente privado era uma preocupação dentro da Caixa?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Era uma preocupação e houve sempre a intenção de reduzir a exposição ao BCP. Aliás, na altura, falava-se em ter uma participação na ordem dos 2%.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Dentro dessa lógica, há uma questão que eu gostaria de esclarecer: em 2001, apesar da lógica de desfazer a posição no BCP, que vinha desde 2000, a Mundial Confiança exerceu o direito de subscrição no âmbito de um aumento de capital do BCP. Tem memória disso?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Confesso-lhe que não, mas se foi um aumento de capital, normalmente se não acompanhamos um aumento de capital somos diluídos e perde valor... Mas não, não me recordo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E tem memória da discussão sobre a compra da totalidade dos Seguros Bonança ao BCP? Ou seja, lembra-se dessa discussão estratégica na Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Sim, disso tenho alguma memória.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sabe-me dizer qual era a lógica que estava por trás desta aquisição, numa altura em que o BCP precisava também de se desfazer de posições porque estava com problemas financeiros?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Tenho bem presente. A ideia, na altura, foi a de criar um grupo segurador com dimensão ibérica, de forte dimensão, e ao mesmo tempo aproveitar essa transação pra reduzir exposição no BCP. Portanto, conjuntamente com a transação de compra da Império Bonança, fez-se uma venda de ações do BCP.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E a venda de ações do BCP foi feita em mercado ou foi uma venda de ações do BCP coordenada?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Foi vendida em mercado.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não tenho presente e também gostaria de esclarecer o seguinte: qual foi a contrapartida da compra dos

seguros pela Caixa? Foi pago em participações ou foi pago diretamente, em *cash*?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Estive a consultar... A Império Bonança custou cerca de 350 milhões de euros, qualquer coisa assim... E quando se fez a transação da Império Bonança ficou logo combinado — pelo menos é a ideia que tenho — que, nesse momento, haveria uma venda organizada de uma percentagem do BCP que eu não sou capaz de precisar.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Nesta altura, em que a Caixa está a tentar desfazer uma posição do BCP, em que o BCP está a tentar, simultaneamente, embora na altura ninguém soubesse, livrar-se do problema criado com os *offshores* com a compra também de ações do BCP, há um administrador do BCP, Goes Ferreira, que vai pedir um empréstimo à Caixa de 46 milhões para comprar... nem foi para comprar, foi para refinarçar uma posição no BCP a uma empresa própria. Portanto, ele próprio comprou ações do BCP que estavam financiadas no BCP e que agora transitaram para a Caixa.

Teve conhecimento desse crédito?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não tive conhecimento. Como expliquei, os meus pelouros eram fora quer da área de crédito, quer da área de risco. Portanto, não tenho memória desse facto.

Para ser completamente sincero, nós recebíamos a cópia das atas dos Conselhos de Crédito, portanto deve ter passado pelo meu gabinete a ata onde essa operação foi realizada. Mas não tenho memória da operação.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Nem tem memória de alguém, alguma vez, ter questionado essas operações ou de se ter criado um desconforto com essas operações?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Não tenho nenhuma memória sobre isso. Não tenho memória de se discutir operações de crédito em Conselho de Administração.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E voltando dois anos atrás, mesmo quando o Dr. Almerindo Marques, em 2002, questionou decisões de crédito de forma bastante visível e pública, isso não causou uma discussão interna?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — O conhecimento que eu tive da carta do Dr. Almerindo Marques penso que foi pelos jornais e provavelmente porque o Prof. António de Sousa o teria comentado. Não me recordo de alguma vez o Dr. Almerindo Marques ter questionado, em Conselho de Administração, as políticas de crédito da Caixa.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Nem o Dr. Tomás Correia?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Também não tenho nenhuma recordação de que o Dr. Tomás Correia tenha questionado as políticas de crédito no Conselho de Administração.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas esteve presente na célebre..., não é bem célebre, mas na reunião em que o Dr. Tomás Correia faz uma declaração de voto em que, abertamente, diz que se sente desconfortável com algumas operações de crédito do passado?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Estive nessa reunião, mas, que me recorde, foi a primeira vez que o Dr. Tomás Correia tenha referido alguma coisa em Conselho em matéria de crédito da Caixa.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E já depois de 2004, em 2006 e 2007, quando a questão do BCP se torna demasiado visível para poder ser ignorada, ainda mais no meio, teve conhecimento de que a Caixa estava a financiar acionistas do BCP ao ponto de ficar com 8% do BCP penhorado nesses empréstimos para a compra de ações?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, como lhe referi há pouco, como eu recebia as atas deveria ter conhecimento. Verdadeiramente, não me recorde. Aliás, penso que não existe nenhuma informação de gestão que tenha circulado na Caixa nessa altura com a exposição indireta que a Caixa tinha ao BCP.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas não era falado internamente? Nunca teve uma conversa com ninguém sobre a exposição da Caixa, os empréstimos da Caixa? Passou-lhe totalmente ao lado e nunca teve conhecimento de que a Caixa fazia estas operações?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Tenho recordação de, uma vez, ter sido chamado ao gabinete do Sr. Vice-Presidente — eu e mais colegas — para falar num eventual financiamento a um cliente para comprar ações do BCP. Aliás, até recorde — recorde agora — que foi no segundo semestre de 2007 — só podia ser no segundo semestre —, porque a cotação já tinha ultrapassado 4 €.

Recordo que foi uma reunião informal, em que se pretendeu ouvir a sensibilidade das pessoas que estavam naquela altura no andar da administração. Foi perguntada a opinião sobre se devíamos fazer uma determinada transação, a opinião foi expressa naquela reunião e a operação não foi feita.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E qual foi a razão para não se fazer a operação? Já agora pergunto-lhe quem era o cliente, qual era o montante e porque é que não foi feita.

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — O cliente, não tenho a certeza absoluta quem era, sei que não era José Berardo mas não tenho a certeza quem era. A operação não foi feita e muito menos me lembro do montante.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não sabe dizer qual era a ordem de grandeza do montante?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Acho que devia qualquer coisa da ordem das dezenas de milhões. Não eram centenas, calculo, mas não...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E isto foi no segundo semestre de 2007. Não nos consegue dizer precisamente quando é que aconteceu?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Só me recordo que uma das razões porque houve uma opinião no sentido de não fazer foi porque a cotação do BCP já estava muito alta, já tinha ultrapassado os 4 euros. Fui ver agora quando é que o BCP tinha ultrapassado os 4 euros e, portanto, só podia ser no segundo semestre.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas tem conhecimento de que a Caixa realizou empréstimos para compra de ações BCP mesmo depois disso?

Deixe-me reformular. O que é que fez com que essa operação causasse uma reunião informal, sendo que outras operações análogas e similares estavam a ser feitas?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — A razão da reunião presumo que tinha a ver com outras operações que no passado tinham sido feitas, era mais uma operação, e, portanto, acredito que o Vice-Presidente, na altura, quisesse ter algum conforto dos colegas e perguntou qual era a nossa opinião.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Recorde-me só quem era o Vice-Presidente na altura.

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — O Dr. Maldonado Gonelha.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Alguma vez neste período e até à sua saída da Caixa reuniu com algum acionista do BCP?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Nunca.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, até ser administrador do BCP, aliás, até sair da Caixa Geral de Depósitos nunca se encontrou com nenhuma acionista do BCP?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Nunca.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E internamente, dentro da Caixa, falou com Armando Vara e Santos Ferreira? Aliás, não é se falou, porque

falou de certeza, mas quando foi a primeira vez que falou com Santos Ferreira e/ou Armando Vara sobre a ida para o BCP?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Quando o Dr. Santos Ferreira me convidou para ir para o BCP.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E quando é que o Dr. Santos Ferreira o convidou para ir para o BCP?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — A memória que tenho é de que foi no final de 2007. A data, o dia preciso, não me recordo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas qual é o momento em que a lista fica completa? Há um momento em que a lista tem de estar completa para ser apresentada aos acionistas. Qual foi o momento em que essa lista foi apresentada, informal ou formalmente, a acionistas e, portanto, ficou completa?

Mesmo sem ter a data, qual é o evento onde essa lista tem de ser apresentada, porque não acredito que a lista seja elaborada e terminada unicamente no dia da Assembleia-Geral? Os acionistas têm de se pôr de acordo antes sobre uma lista.

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, até há um requisito legal. A memória que tenho é de que a Assembleia-Geral foi em 15 de janeiro e acho que o requisito legal é 15 dias antes, mas não tenho a certeza absoluta. Portanto, a lista deve ter ficado pronta nos últimos dias de dezembro de 2007.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O Sr. José Berardo disse-nos aqui que houve uma reunião no dia 22 de dezembro, na EDP, com vários

acionistas. O então acionista José Berardo disse-nos que nessa reunião já havia um pré-acordo sobre a lista a apresentar.

Pergunto-lhe se o seu nome estava em cima da mesa nessa data em que alguém terá sugerido uma lista para o BCP encabeçada por Santos Ferreira.

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — O Dr. Santos Ferreira convidou-me para o acompanhar para o BCP. Tudo o resto foram *démarches* do Dr. Santos Ferreira no âmbito da preparação da sua lista. Portanto, quando a lista ficou completa e que nomes tinha a lista, só soube mesmo no momento em que a lista foi apresentada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Tento imaginar o que é um processo destes, com uma confusão enorme no BCP, de elaboração de uma lista, e, na minha imaginação, tão realista quanto possível, se eu tivesse de ir a uma reunião de acionistas defender uma lista, eu ia garantir que as pessoas que ia defender pelo menos estavam disponíveis ou aceitavam.

Por isso lhe pergunto se o Dr. Santos Ferreira não lhe mencionou que queria ter um «ok» ou uma manifestação de disponibilidade para poder apresentar o seu nome na reunião de acionistas na EDP.

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Admito que sim.

Só mais uma nota: na última semana de dezembro eu estava de férias.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Foi antes?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Deve ter sido por volta de 22, 23, 24, presumo eu. Não tenho memória para precisar a data em que o Dr. Santos Ferreira me convidou.

O Sr. **Presidente**: — É agora a vez do Grupo Parlamentar do CDS-PP. Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria cumprimentar o Sr. Dr. Vítor Fernandes, que foi Administrador da Caixa entre 2000 e 2008 e, portanto, pode com certeza ajudar-nos a perceber muito do que se passou na Caixa nestes anos, que, afinal, são grande parte dos anos objeto desta Comissão de Inquérito.

Começo por lhe perguntar o seguinte: enquanto exerceu funções de administração, a Caixa teve três presidentes diferentes, o Professor António Sousa, o Dr. Vítor Martins e o Dr. Carlos Santos Ferreira. Gostava de saber se durante este período as práticas e os estilos de liderança eram semelhanças ou se há diferenças substanciais entre uns e outros.

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Naturalmente que os estilos de liderança são diferentes.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E na concessão de crédito havia práticas substancialmente diferentes de uns períodos para os outros, ou não?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, como referi há pouco, não tive qualquer função nem na área de crédito, nem na área de risco, nem na área comercial. Portanto, eu tinha de participar ativamente nas decisões de crédito para poder perceber se havia alterações substanciais às práticas de crédito.

Aquilo que lhe posso dizer é que em matéria de políticas de crédito não notei nenhuma diferença.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Isto leva-me a perguntar o seguinte: todos os administradores têm assento no Conselho de Crédito?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Em teoria, todos os administradores têm assento no Conselho de Crédito.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E na prática?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, na prática...

Bom como referi há pouco, eu tinha funções na área dos seguros e, ainda por cima, nos últimos anos, com a integração da Império/Bonança no Grupo, calcula que o meu tempo era bastante passado no Calhariz. Tinha também funções na área informática e calcula também que a área informática da Caixa é um pelouro com alguma dimensão, para além de ter funções também no *marketing*, em meios de pagamento e outros.

Portanto, não tinha tempo para me dedicar também às operações de crédito e achava que não tinha de ir aos conselhos de crédito porque, então, não tinha tempo para me ocupar dos meus pelouros.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O Professor António de Sousa disse-nos aqui que havia dois administradores que normalmente não iam aos conselhos alargados de crédito. É por esse motivo que está a descrever?

Para nós, é importante perceber o funcionamento e é impossível percebê-lo sem fazer estas perguntas. Como as atas não são justificadas e detalhadas, é muito difícil, para nós, chegarmos à conclusão de como é que as coisas funcionavam porque temos apenas vestígios lacónicos escritos.

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, estou aqui para responder a todas as perguntas que souber.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Uma outra pergunta.

No Conselho de Administração de 17 de julho de 2001 é referida a aprovação de orientações propostas pela Direção de Risco, na Informação 43/2001, para operações de crédito que envolvessem reestruturações. Num dos pontos aquilo que é dito é que, por regra, as empresas do Grupo Caixa não deverão tomar posições de outros credores.

Ora, ao longo desta Comissão, tivemos aqui vários exemplos — estou a lembrar-me do caso Selenis, do caso Easyview e até do caso Joe Berardo — em que a Caixa se substituiu a outros bancos e tomou a posição de outros bancos, até em operações de reestruturação.

Gostava de saber se tem memória desta recomendação e se sabe explicar porque é que ela não foi cumprida nalguns casos.

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não tenho, mas posso acrescentar que, normalmente, as normas definem políticas. Depois, as políticas têm de ser aplicadas na prática e há em algumas circunstâncias exceções há política. É uma situação normal, não pode é ser regra.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas é normal que num processo de reestruturação haja um banco que se vá substituir a outros, ou seja, que ocupe a posição, numa operação de reestruturação? Isso é comum?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Só analisando caso a caso.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Ontem, ouvimos aqui o Dr. Tomás Correia e uma das coisas que foi discutida, e que, aliás, já foi aqui mencionada hoje, é um célebre conselho de administração em que ele fez

uma declaração de voto. Imagino que se lembre porque creio que as declarações de voto não eram propriamente comuns.

Fiz-lhe esta pergunta, e vou fazê-la agora da forma mais cândida que acho que se pode fazer, e a explicação que ele nos deu foi de divergências em relação à concessão de crédito. Gostava de saber se se lembra de quais eram estas divergências. É que, depois, aquilo que é descrito na declaração de voto tem a ver com a distribuição de pelouros e com o descontentamento dele face a essa distribuição, que ele interpretou como uma retaliação por ter sido divergente nalgumas concessões de créditos.

Gostava de saber a sua versão do que aconteceu.

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — A única memória que tenho dessa ata é precisamente a questão dos pelouros. Como disse há pouco, não me recordo que em Conselho de Administração se tivesse discutido anteriormente algum problema ou mal-estar na concessão de crédito da Caixa.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas lembra-se de ele, na altura, ter levantado essa questão?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Agora, depois de reavivar a memória, sim.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E não foi o único, o Dr. Almerindo Marques também, a determinada altura, levantou algumas questões. Isso foi discutido?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Como lhe disse, não me recordo. E quando digo que não me recordo é porque não tenho a certeza absoluta, mas há uma grande probabilidade de o poder dizer. Não me recordo de ter sido

discutido, ao nível do Conselho de Administração, qualquer mal-estar — estou a falar de mal-estar sistemático, pode ter havido um evento qualquer — no que diz respeito à prática de concessão de crédito na Caixa Geral de Depósitos.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas o que eu quero perceber é do ponto de vista da política de concessão de crédito.

Disse-nos há pouco que o seu pelouro era os seguros. Mas a verdade é que foi 8 anos administrador da Caixa Geral de Depósitos, depois foi para o BCP, quando o presidente e um outro administrador foram para o BCP, foi também, tanto quanto sei, administrador da ECS, um fundo para os quais acabam por transitar vários créditos problemáticos de vários bancos, entre os quais alguns que temos discutido aqui, como o caso de Vale do Lobo, e foi administrador do Novo Banco. Portanto, tem lidado mais do que qualquer pessoa nesta sala, com certeza, com muitos dos créditos que hoje nós consideramos problemáticos e muitos dos créditos malparados. O que lhe pergunto é o que é que correu mal.

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — O que é correu mal? Não sei se vou ser muito simpático mas nós assistimos em 2008, 2009 e 2010 à maior crise do século XXI e, provavelmente, à maior crise depois de 1930. Acho que essa é uma razão para que as coisas tenham corrido mal, e nem tudo correu mal. Mas essa pode ser uma boa razão. Sei que não estou a ser simpático mas é um facto.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O que quero perceber, para além da concessão destes créditos — e já lá iremos com mais detalhe —, é, no que toca à monitorização, e à monitorização da execução, porque é que as coisas são tão lentas.

Por exemplo, Vale do Lobo. Por que é que entre o momento em que há o primeiro incumprimento — e percebo a crise no caso de haver um projeto, que é um *resort*, que depende de vender casas e, de repente, as casas deixam de se vender — e o momento em que este projeto transita para um fundo há um intervalo de 10 anos sem que, aparentemente, haja qualquer atividade na Caixa? O que é que explica isto?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não conheço o caso em concreto, nem sei quando é que entrou em incumprimento.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Posso dar-lhe outro exemplo, que se passou também durante o tempo em que era administrador da Caixa: Joe Berardo. O que é que explica que alguém tenha um crédito para concessão de ações e, num determinado momento, as ações desvalorizam, não são pagas, e aparentemente passaram 10 anos e muito pouco foi feito?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, estive a ouvir o Dr. Cabral dos Santos e ele referiu aqui que o crédito entrou em incumprimento algures no terceiro ou quarto trimestre de 2008. Eu saí da Caixa no final de 2007.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu estava a apelar à sua experiência e talvez ao meu pressentimento — que pode ser apenas um pressentimento — de que estes problemas creditícios, sobretudo com este último devedor, possam não existir apenas na Caixa. Mas é apenas um pressentimento e não uma acusação ou um facto.

Para terminar, a Inspeção do Banco de Portugal ao crédito garantido por títulos em 2011 refere um financiamento a Berardo de um milhão de euros, por pedido do BCP. Parece que houve uma renegociação com o

Santander em que o Santander conseguiu ficar sem estas dívidas e o BCP, na altura em o senhor já lá estava, curiosamente, a seguir ao crédito da Caixa, toma a posição do Santander e a Caixa, nesta reestruturação, fica também exposta em mais um milhão de euros.

Gostava de saber se me consegue explicar por que é que isto aconteceu.

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, penso que não devo nem posso falar da minha atividade enquanto administrador do BCP.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Se ela tiver relação com a Caixa, e no caso tem porque a Caixa participou na operação... Não é no que diz respeito ao BCP mas apenas no que diz respeito à Caixa, que ficou exposta em mais um milhão de euros, foi parte ativa na operação.

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Mas eu não conheço essa operação.

O Sr. **Presidente**: — É agora a vez do Grupo Parlamentar do PCP.  
Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Sr. Presidente, começava por cumprimentar o Dr. Vítor Fernandes, que já nos disse que foi administrador da Caixa entre 2000 e finais de dezembro de 2007, que ocupou pelouros que não tinham a ver diretamente com a questão da concessão de crédito e com o risco, pelouros da área dos seguros, da informática, do marketing, etc. De qualquer forma, era membro do Conselho de Administração, que é um órgão colegial, e, mesmo não sendo responsável direto pela concessão de crédito, acompanhava, tinha pelo menos uma ideia global do que se passava na Caixa em termos da concessão de crédito. E é nesse sentido que lhe vou fazer as

perguntas, sabendo que não era responsável pelo pelouro mas, quando estava no Conselho de Administração e se começava a discutir assuntos que não fossem dos seus pelouros, provavelmente, «não desligava.»

Nesse sentido, queria perguntar-lhe o seguinte: ontem, o Dr. Tomás Correia disse aqui que a Caixa tinha uma prática conservadora, no sentido de prudente, na que diz respeito à concessão de crédito e que por volta do ano 2000 — foi essa altura que ele citou — essa prática começou a perder-se, ou seja, passou de uma prática de concessão de crédito prudente para uma prática menos prudente ou até imprudente. Pergunto se, como membro do Conselho de Administração, subscrevia esta afirmação do Dr. Tomás Correia.

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Sr. Deputado, quando nasceu a DGR, foi um movimento muito importante na Caixa Geral de Depósitos, que, aliás, nem me surpreendeu porque venho de uma atividade, a seguradora, em que as áreas de risco e as áreas comerciais têm uma história de grande separação.

Portanto, o facto de se separar as áreas de risco e as de concessão crédito na Caixa foi um movimento no sentido da prudência e assim espantame que fosse dada uma ideia de que, depois de se ter criado uma direção especializada para a análise de risco das operações, se conclua que o crédito tivesse passado a ser menos prudente.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Repeti-lhe a afirmação feita ontem nesta Comissão pelo Dr. Tomás Correia e apenas queria saber se, como membro do Conselho de Administração, subscrevia esta afirmação.

Relativamente à política de concessão de crédito, depois da carta de Almerindo Marques, que já foi aqui referida, de 2002 — já o senhor era membro do Conselho de Administração —, em algum momento, no Conselho de Administração ou em alguma reunião em que tenha participado

na Caixa, as questões levantadas pelo Dr. Almerindo Marques nessa sua carta foram discutidas ou abordadas?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Sr. Deputado, não tive conhecimento da carta. Também estive a ver a inquirição ao Professor António de Sousa e, tanto quanto me recordo, ele também disse que não conhecia o teor da carta.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Mas mesmo indiretamente não teve conhecimento do conteúdo da carta, das questões que eram aí abordadas? Isto passou completamente despercebido?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Não li nem vi a carta.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — É estranho e vou ter de insistir.

Há um conselho de administração com vários administradores e há um administrador que, a certa altura, escreve uma carta e vai falar com o supervisor e com o Presidente da República dizendo que há problemas com a assunção de risco na Caixa. Os restantes administradores não sabem disso? Não leem as notícias? Não comentam? Não há nenhuma discussão sobre isto?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Foi comentado mas não se conhecia o teor da carta. Comentado foi, porque se viu nos jornais. Agora, não se conhecia o teor da carta.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Foi comentado internamente? Nas reuniões do Conselho discutiram, abordaram? Tomaram até alguma medida no sentido de dar resposta aos problemas que eram colocados pelo Dr. Almerindo Marques?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Sr. Deputado, aquela carta até me surpreendeu porque o Dr. Almerindo Marques nunca foi a nenhum Conselho de Crédito.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Com isso está a tentar dizer que as preocupações manifestadas pelo Dr. Almerindo Marques eram infundadas?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Tanto quanto eu conhecia o que se passava na Caixa, não em pormenor em matéria de crédito mas em termos dos indicadores de risco da Caixa, do crédito em incumprimento, que circulam pelos membros da Administração, nunca senti nenhuma preocupação em matéria de admissão de crédito na Caixa.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Portanto, o que nos está a dizer é que, na altura que estamos a referir, o sentimento existente, maioritário, pelo menos, no Conselho de Administração era que não havia problemas com a concessão de crédito? É isso que está a dizer?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Essa é a minha perceção.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Avançando um pouco, o Dr. Alexandre Santos, que já esteve nesta Comissão, afirmou que em 2005 foram dadas orientações para que a quota de mercado da Caixa, no segmento das empresas, aumentasse significativamente, praticamente duplicasse. Este assunto deve ter sido discutido no Conselho de Administração porque tais orientações só podem partir do Conselho de Administração.

A pergunta que lhe coloco é se, com o estabelecimento deste objetivo tão ambiciosos, sentiu, de alguma forma, que a estratégia passava por relaxar

as exigências relativamente ao risco nas operações, de forma a poder facilitar o aumento da quota de mercado.

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Nunca tive essa perceção. Penso que essa ambição de crescimento da quota de mercado estava muito focada nas PME (pequenas e médias empresas). Tenho memória de que essa ambição tenha resultado de uma coisa chamada projeto Líder, presumo eu. Portanto, nunca houve indicações de relaxar os critérios de risco para crescimento de quota de mercado.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — O Dr. Vasco d'Orey, que também esteve nesta Comissão, disse a certa altura algo como «o Risco não era propriamente um órgão amado na Caixa Geral de Depósitos.» Aliás, ainda ontem tivemos o Dr. Tomás Correia que, por outras palavras, disse basicamente o mesmo.

Pergunto-lhe se, como membro do Conselho de Administração, partilha desta opinião ou se sentia que o Risco, numa certa altura, poderia ser considerado um empecilho ao desenvolvimento do negócio?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Num processo de concessão de crédito é sempre importante haver *checks and balances*. A área comercial tem ambições de crescimento, o Risco tem funções de controlo. Portanto, é natural que a área comercial se sinta um pouco menos livre para fazer aquilo que gostaria de fazer e por isso tenha opiniões não digo mais negativas mas mais reservadas sobre o Risco. Mas faz parte da atividade bancária haver uma dicotomia entre Risco e Crédito.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Não foi exatamente isso que lhe perguntei. Não era sobre a área comercial, era do ponto de vista do Conselho de

Administração, dos administradores. O senhor em particular ou outros administradores tinham sobre o Risco a percepção de que era um empecilho?

Compreendemos que a direção comercial, quando apresentava uma proposta, poderia ver no Risco um entrave a essa sua proposta, mas o que pergunto é se, ao nível da administração, existia ou não esse sentimento, essa cultura de alguma aversão. Se calhar aversão é uma palavra muito forte...

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Peço desculpa mas não percebi.

Não, não havia. Da minha parte, como referi, venho de um setor em que as áreas de risco, tradicionalmente, estavam separadas das áreas comerciais e, portanto, vivi muitos anos com esse tipo de relação e não tinha nenhuma percepção de que houvesse, ao nível do Conselho de Administração, um problema pelo facto de existir uma Direção de Risco.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Não tendo pelouros nesta área, o senhor, no período em que esteve na Caixa — foi um período relativamente extenso, de quase 8 anos — participou em reuniões do Conselho de Crédito ou do Conselho Alargado de Crédito?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Participei, mas em muito poucas.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Nessas poucas reuniões em que participou teve essa percepção de que o Risco era desvalorizado, desconsiderado, mal-amado? Pedia-lhe um esforço para se lembrar.

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Não. Havia discussões, normais, entre o proponente e área de Risco, se alguma observação fosse feita, mas nunca senti essa animosidade.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Avançando mais um pouco para o período em que se começaram a registar incumprimentos relativamente aos grandes créditos, pergunto se isto fez soar alguma campainha de alarme ao nível do Conselho de Administração. Estamos a falar de incumprimentos de créditos significativos, que tinham um peso significativo na Caixa. A nível do Conselho de Administração isto gerou algum debate, alguma medida, alguma discussão?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — A memória que tenho é que até 31 de dezembro de 2007 não houve nenhum alerta de aumento de crédito vencido, de crédito em incumprimento. Não tenho memória que tivesse acontecido.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Quando começaram a surgir esses créditos, mais ou menos na altura do início da crise económica, o Conselho de Administração não debateu estas questões, nomeadamente a necessidade de dar uma maior ponderação ao risco nas operações futuras e nas reestruturações?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Sr. Deputado, tenho quase a certeza que até 31 de dezembro de 2007 os indicadores de risco da Caixa não se agravaram, mas não lhe garanto a 100%.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Também saiu em finais de dezembro de 2007 e, portanto, poderá não ter apanhado esse período.

Queria fazer uma última pergunta.

Na segunda ronda tenho mais algumas questões, porque o tempo passou muito depressa.

Já foi aqui referido que o senhor exerceu funções primeiro na Caixa, neste período que estamos a referir, depois no BCP, atualmente no Novo

Banco e que não terá tido, nestes bancos, uma relação direta com o crédito. Mesmo assim pode fazer uma apreciação global. E é essa apreciação global que lhe peço que faça, sobre se considera que as práticas de concessão de crédito da Caixa estão em linha, ou não, com aquilo que é a generalidade da banca portuguesa e daqueles bancos que conhece.

Não lhe peço uma apreciação detalhada, porque o senhor não trabalhou nessas áreas específicas, mas terá uma ideia, dos bancos por onde passou, sobre se a Caixa, estava ou não em linha, naquilo que diz respeito à concessão de créditos, com as práticas dos outros bancos.

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — As políticas e a organização de risco e de crédito da Caixa, à data, eram muito semelhantes — com diferenças, naturalmente — àquelas que eu conheço, e que penso que existiam, nos outros grandes bancos, na altura.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Liliana Silva, do Grupo Parlamentar do PSD.

A Sr.<sup>a</sup> **Liliana Silva** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento o Dr. Vítor Fernandes.

Só para contextualizar e para nos centrarmos aqui em algumas questões, o senhor foi Administrador na Caixa Geral de Depósitos no período das maiores perdas da Caixa Geral de Depósitos, conforme são agora conhecidas.

A criação da Direção de Gestão de Risco é de 2001, era António de Sousa Presidente e o senhor Administrador. Viveu, portanto, o tempo em que não havia Direção-Geral de Risco. E, depois, houve a sua criação e o início também da sua implementação.

Qual foi o seu entendimento acerca da criação desta Direção-Geral de Risco?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — A Direção de Gestão de Risco foi uma Direção criada para dar parecer sobre as operações de crédito angariadas pelas áreas comerciais e controlar todos os outros riscos que um banco tem — o risco de mercado, o risco de liquidez, o risco de taxa de juro — e, portanto, para criar todo um enquadramento de controlo de risco da Caixa Geral de Depósitos que, formalmente, não existia antes disso.

Penso, não tenho a certeza absoluta que... Aliás, penso que a Caixa até foi razoavelmente pioneira. Penso que só em 2006 é que há um aviso do Banco de Portugal a tornar obrigatória a criação de uma área independente, de risco. Não tenho a certeza absoluta do que estou a dizer.

A Sr.<sup>a</sup> **Liliana Silva** (PSD): — Ainda acerca deste assunto, pergunto: era dos que concordava com esta Direção-Geral de Risco ou era dos que entendia que esta Direção, de alguma forma, seria uma espécie de um empecilho à área comercial da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Como referi há pouco, estava habituado, na minha atividade de seguradora, a ter a área comercial separada da área de risco, portanto, para mim, era muito natural a criação de uma área de risco no âmbito da Caixa Geral de Depósitos. Era...

A Sr.<sup>a</sup> **Liliana Silva** (PSD): — António de Sousa disse-nos aqui, e passo a citar, que «estávamos no auge de uma certa não aceitação da Direção-Geral de Risco, na Caixa Geral de Depósitos; havia bastantes casos em que a Direção-Geral de Risco não dava parecer favorável e as pessoas que trabalhavam há muitos anos na Caixa Geral de Depósitos, como o Dr. Tomás

Correia, não estavam habituadas a isso. Havia tensão sobre esta matéria» — fim de citação.

Era mesmo assim?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, se havia tensão, era ao nível dos Conselhos de Crédito, aos quais eu raramente ia.

Nos poucos a que fui, não senti essa tensão. Há sempre uma natural troca de opiniões entre áreas comerciais e áreas de risco, mas isso não é tensão, faz parte do processo de decisão.

A Sr.<sup>a</sup> **Liliana Silva** (PSD): — Passando aqui para um outro período, e como também já disse há pouco, o senhor foi um ator e testemunha privilegiada de um período menos bom, digamos assim, da Caixa Geral de Depósitos, no que ao nível de operações ruinosas diz respeito, como eu já há pouco frisei.

Um dos diretores que aqui passou disse-nos que, de todas as administrações com quem trabalhou, foi a de Santos Ferreira a que mais interveio nos processos.

Pode descrever-nos as diferenças — se as conhecer e se, no seu entender, existiam, claro — entre as duas administrações ao nível da concessão de crédito?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não me quero repetir, mas, se isso aconteceu, foi ao nível dos Conselhos de Crédito. Eu não ia aos Conselhos de Crédito, na grande maioria — raramente ia aos Conselhos — e, como disse, naqueles Conselhos de Crédito a que fui, não senti essa tensão tão forte. Mas também fui a muito poucos, portanto...

A Sr.<sup>a</sup> **Liliana Silva** (PSD): — Nem ninguém lhe fez saber de nenhum tipo de tensão, para além dessas reuniões mais formais, de uma forma mais informal?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Não. Não...

A Sr.<sup>a</sup> **Liliana Silva** (PSD): — Avançando agora para o período de Santos Ferreira, o curto mas, infelizmente, impactante mandato de Santos Ferreira dá origem a processos ruinosos, dos quais Berardo, Investifino, La Seda, Vale do Lobo, o Grupo Lena, a Quinta do Lago são só alguns exemplos.

O senhor nunca teve noção do que se estava a passar na Caixa, relativamente a estas situações, em momento algum?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, o número que tenho na cabeça é que a Caixa tem, ou tinha, na altura, qualquer coisa como 80 000 milhões de euros de crédito. Eram mais de 70 000 milhões.

Esses créditos são volumosos, são, tanto quanto eu... Não sei se representam 1% do crédito da Caixa.

A Sr.<sup>a</sup> **Liliana Silva** (PSD): — Certo. Só voltando um pouco atrás, porque ficou aqui uma dúvida e porque também já aqui foi falada a questão da carta de Almerindo Marques — e não querendo voltar a repetir a questão da carta —, alguma vez o Dr. Almerindo Marques mostrou algum desconforto no relacionamento entre a Direção-Geral de Risco e a Direção Comercial e a atuação de ambas no Conselho Alargado de Crédito, nem que tenha sido de forma informal?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Não tenho nenhuma memória disso.

A Sr.<sup>a</sup> **Liliana Silva** (PSD): — Continuando, então, no período de Santos Ferreira, um período negro da Caixa, parece, dá a entender, que todos fizeram caixinha. Se há algo que não queremos num banco público é que se faça caixinha.

Por isso, pergunto-lhe se, e apesar de ter ido para o BCP com Santos Ferreira e Armando Vara, e já falaremos também sobre isso — e, no fundo, até tem alguma liberdade, já que não participava, como disse até agora, nos Conselhos de Crédito — alguma vez sentiu, leu, ouviu ou soube de créditos de favor na Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Nunca.

A Sr.<sup>a</sup> **Liliana Silva** (PSD): — O que diz de operações de crédito a Berardo para comprar ações do BCP com rácios de cobertura de 100% e 105%, ao mesmo tempo que investimentos industriais ou não conseguiam aceder a créditos ou, conseguindo, tinham taxas de *spread* elevadíssimas, muito superiores, e garantias muito mais exigentes?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não tenho memória de que houvesse problemas de concessão de crédito nessa altura, em Portugal.

Ou seja, se alguma coisa acontecia em Portugal, nessa altura, era excesso de crédito.

Sobre essas operações em concreto, não conheço em pormenor, portanto, não sei o que é que lhe posso dizer.

A Sr.<sup>a</sup> **Liliana Silva** (PSD): — Mas tinha conhecimento de que a uns eram exigidos avales e garantias e a outros não era exigido nada? Tem conhecimento disso, ou tinha, na altura?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não acompanhava a atividade creditícia da Caixa caso a caso.

Conhecia os números, em geral, mas os casos concretos em apreço, deixem-me... Eu já referi isso, e vou voltar a repetir: eu tinha acesso às atas do Conselho, portanto, eu recebia as atas e, se quisesse pormenorizar, poderia fazê-lo. Mas, de qualquer maneira, não estava no cerne da decisão e nos pormenores da decisão, para poder fazer algum juízo de valor sobre a qualidade de decisão de crédito, nesses casos concretos.

A Sr.<sup>a</sup> **Liliana Silva** (PSD): — Ou seja, tendo conhecimento, mas não tendo conhecimento, acabou por nunca falar com ninguém sobre o assunto.

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, quando nós recebemos as atas com algum tempo, lemos as atas, mas, no fundo, também há alguma confiança nos colegas que têm essas áreas de responsabilidade.

Eu acreditava que os meus colegas me confiavam a área de seguros e que geria os seguros adequadamente. E, portanto, tinha essa atividade e as atividades estavam bem separadas. Repare, eu tinha a área dos seguros, a área informática, tinha uma série de áreas que eram bastante absorventes na atividade da Caixa.

A Sr.<sup>a</sup> **Liliana Silva** (PSD): — De uma forma bastante pessoal, diga-me: hoje em dia, arrepende-se de ter confiado dessa forma nos seus colegas?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu acho que é uma pergunta... Não sei o que é que lhe hei de responder... Não...

Um Conselho de Administração é um grupo de pessoas que tem o objetivo de levar a instituição a um melhor patamar... Eu acho que a questão que se põe, de confiar ou não confiar, não...

A Sr.<sup>a</sup> **Liliana Silva** (PSD): — Quando sai da Administração da Caixa Geral de Depósitos e acompanha Santos Ferreira e Armando Vara para o BCP, tinha consciência de que, no seu tempo, enquanto Administrador, a Caixa Geral de Depósitos tinha concedido empréstimos para aquisição de ações do BCP, nos quais as garantias eram as próprias ações do BCP?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Como disse no início, tive conhecimento de algumas operações, não por ter participado na decisão, mas creio que nunca vi nenhuma informação de gestão que identificasse todas as operações e definisse qual a percentagem que a Caixa tinha, indiretamente, ou que tinha financiado ações do BCP.

A Sr.<sup>a</sup> **Liliana Silva** (PSD): — Sabia — conhecendo alguma coisa — que esse colateral representava cerca de 10% do capital do BCP?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Não tinha essa estatística, portanto não sabia.

A Sr.<sup>a</sup> **Liliana Silva** (PSD): — Estou quase a terminar.

Leu as declarações de Patrick Monteiro de Barros na semana passada?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Não.

A Sr.<sup>a</sup> **Liliana Silva** (PSD): — Então vou citar só uma das frases: «Joe Berardo foi financiado para adquirir ações do BCP e fazer parte de um núcleo que iria dominar o banco, na linha imposta pelo Primeiro-Ministro de então».

Que comentário faz a esta frase?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Acho que não merece comentário nenhum.

A Sr.<sup>a</sup> **Liliana Silva** (PSD): — Vou insistir, mas com uma outra frase. Patrick Monteiro de Barros refere ainda que essa estratégia de Sócrates passou por — e cito — «colocar no BCP os seus homens de confiança que saíram da Caixa para o BCP».

Revê-se nesta afirmação?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Não conheço, pessoalmente, o Eng.<sup>o</sup> Sócrates. Acho que nunca estive... Acho não, tenho a certeza de que nunca estive em nenhuma reunião com o Eng.<sup>o</sup> Sócrates.

Se alguma vez me cruzei com o Eng.<sup>o</sup> Sócrates terá sido numa inauguração qualquer, não faço ideia, ou num ato público, mas nem disso me recordo.

Portanto, eu ser pessoa de confiança do Eng.<sup>o</sup> Sócrates... Não sei como.

A Sr.<sup>a</sup> **Liliana Silva** (PSD): — É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, queria cumprimentar o Dr. Vítor Fernandes.

Queria também trazer para aqui outro assunto, que ainda não foi abordado nesta audição. Quando foi a primeira vez que ouviu falar do Boats Caravela?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Logo nas primeiras reuniões de Conselho da Caixa, em que estive presente.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — E quem é que colocou o assunto nessa reunião do Conselho de Administração?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Ou foi o Prof. António de Sousa ou foi o Dr. José Ramalho.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — E de que é que se recorda dessa reunião sobre este tema?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Nessa reunião não me recordo. Recordo-me do tema, da reunião específica não me recordo. Isso deve ter acontecido há 19 anos.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sim, mas não é propriamente um processo vulgar. Foi o processo mais ruinoso da história da Caixa Geral de Depósitos. Vou-lhe colocar questões mais à frente e não me parece que isso lhe tenha escapado da memória, até porque fez parte de outras reuniões sobre este processo. Portanto, eu estou-lhe a dar oportunidade de refrescar a memória e de falar sobre o processo. Senão, vou ter de o confrontar com outras coisas mais à frente.

Portanto, nessa reunião o assunto foi pela primeira vez abordado na sua presença. Pergunto-lhe de que forma é que o assunto foi abordado. Como assunto de tesouraria? Como assunto de grande impacto patrimonial negativo na Caixa Geral de Depósitos? De que forma é que o assunto foi abordado?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Sr. Deputado, só lhe estava a responder porque estava a especificar uma reunião em concreto. Em geral, o que eu conheço dessa operação...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Não lhe estou a perguntar o que conhece. Fiz uma pergunta objetiva: de que forma é que o assunto foi colocado nessa reunião?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Sr. Deputado, o assunto foi colocado com a informação de que houve uma operação feita em 99 que estava a levar a Caixa a prejuízos significativos.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Nas sucessivas reuniões que tiveram sobre esta operação, a Boats Caravela, certamente que procuraram saber, nomeadamente, quem é que assinou o contrato. Sabe quem assinou o contrato Boats Caravela?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Não sei.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Nessa reunião tinham a noção da dimensão do prejuízo e da imparidade que este processo ia registar?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Nas primeiras reuniões, sabíamos que tinha sido uma transação complexa que tinha um risco muito alto e que, portanto, poderia levar a prejuízos significativos no futuro.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — O Dr. António de Sousa, em audição nesta Comissão de Inquérito, respondeu a uma pergunta sobre o tema dizendo que o Dr. João Salgueiro não sabia, certamente, o que estava a assinar. Provavelmente, o contrato foi assinado pelo Dr. João Salgueiro.

Mas, atendendo à gravidade do assunto, estamos convencidos de que os administradores da Caixa que herdaram esta operação, como no seu caso — no caso do Dr. Tomás Correia foi também participante na decisão e depois foi herdeiro da mesma, mas no seu caso foi só herdeiro da decisão da anterior administração —, certamente que aprofundaram, em várias reuniões — e temos aqui essas evidências na documentação fornecida pela Caixa —, o seu conhecimento sobre a operação. Corrobora a afirmação do Dr. António de Sousa? Acha que a anterior administração não tinha noção completa daquilo que estava a contratar em nome da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Eu tendo a concordar com o Prof. António de Sousa, porque a operação era tão gravosa que a única explicação era a de que não sabiam o que estavam a assinar.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Então, o Dr. Vítor Fernandes concorda com o Dr. António de Sousa dizendo que esta operação era tão gravosa que só tem uma explicação: não sabiam o que estavam a assinar. É isso, não é?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Sim.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — O Dr. Tomás Correia, ontem, aqui, na audição, chegou ao ponto de dizer que nunca percebeu porque é que a Caixa pagou e calou, ou seja, insinuando que a responsabilidade estaria mais do lado de quem herdou a operação, a administração à qual o Dr. Vítor Fernandes pertenceu, e que a Caixa teve oportunidade de intervir ou litigar com o Crédit Suisse, que era a contraparte no caso do derivado de crédito, chamado CDS (*credit default swap*), e que não o fez. Ele nunca o percebeu.

Portanto, insinuou que a administração à qual o Dr. Vítor Fernandes pertenceu não fez aquilo que estava ao seu alcance para atenuar o prejuízo da operação. Isto é verdade?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Sr. Deputado, nós tínhamos assessores e até a direção jurídica da Caixa a acompanhar o processo e todas as opiniões iam no sentido de que o contrato estava tão bem feito por parte do Crédit Suisse que era difícil nós litigarmos com o Crédit Suisse.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — A sua afirmação de agora entra um pouco em contradição com aquilo que o Dr. Tomás Correia disse aqui ontem. Mas não era por aí que eu queria agora prosseguir no tempo que me resta.

Numa carta enviada pelo Dr. António de Sousa, em 27 de junho de 2002, à Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças, a certa altura, sobre o processo Boats Caravela — uma carta só sobre esse processo, uma das várias cartas que a administração à qual pertenceu enviou ao Governo —, diz o Dr. António de Sousa: «Na sequência da deliberação de dezembro de 2000, a Caixa Geral de Depósitos encetou negociações com o Crédit Suisse para revisão do contrato assinado em dezembro de 99, tendo como objetivos limitar o grau de discricionariedade e os riscos assumíveis na gestão da *pool* de créditos e aumentar a informação disponibilizada à Caixa sobre a *pool* e sua gestão,

visando, em última instância, tornar a estrutura mais líquida e criar condições para a sua eventual alienação.» Estava descortinada aqui uma hipótese de intervir neste processo.

Prossigo, citando: «As negociações estenderam-se durante todo o ano de 2001, envolvendo por parte da Caixa as áreas financeiras de gestão de risco e jurídica e ainda os serviços de escritórios de advogados em Portugal e na Inglaterra. O processo revelou-se muito difícil dada a fraqueza da posição negocial inicial da Caixa e a complexidade da documentação jurídica envolvida.» Aqui, o Dr. António de Sousa, em nome da administração da Caixa, dá a entender, de facto, que o contrato é muito rígido e que a Caixa tem uma posição muito difícil relativamente ao Crédit Suisse, mas aqui percebemos que houve, de facto, intervenção das áreas financeiras e das áreas de gestão de risco e jurídica.

Recorda-se que tipo de intervenções é que ocorreram? Que tipo de pareceres, de consultas é que foram feitos a essas direcções?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Não me recordo, mas essa carta só corrobora aquilo que eu disse anteriormente.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Já agora, como acabou de ouvir, a Caixa socorreu-se dos serviços de escritórios de advogados em Portugal e na Inglaterra para tentar negociar com o Crédit Suisse. Quais foram estes escritórios de advogados, quer em Portugal, quer em Inglaterra?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Não sei.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Quem saberá?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Eu não geria esse *dossier*.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Quem saberá informar a Comissão de Inquérito?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Ou o Prof. António de Sousa ou o Dr. José Ramalho, que era o pelourista financeiro, ou a direção jurídica da Caixa. Aliás, não tenho a certeza, mas até penso que o contrato era de jurisdição inglesa.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — O contrato seria de jurisdição inglesa.

Muito bem, obrigado. Terminei.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Julgo que poderíamos continuar, mas a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua não se encontra presente neste momento. Vamos esperar um minuto.

*Pausa.*

Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, podemos já iniciar a segunda ronda?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, na verdade, só tenho mais uma pergunta para fazer, e é muito breve.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Queria apelar à memória do Dr. Vítor Fernandes: numa ata do Conselho de Administração — elas estão

truncadas e nós não sabemos o que é que realmente se passou... Na verdade, eu estava à procura da data concreta... Aliás, está aqui.

Numa ata do Conselho de Administração, de 20/12/2006, o departamento de auditoria interna, o DAI...O título desse ponto dessa ata é «denúncia de convite à corrupção pela Caixa Geral de Depósitos».

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Não percebi.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Numa ata do Conselho de Administração do dia 20/12/2006 — nós temos as atas, mas elas estão truncadas — há um título que diz «DAI, denúncia de convite à corrupção pela Caixa Geral de Depósitos». É tudo o que existe nessa ata. Portanto, não consigo perceber que convite à corrupção foi, se é grande corrupção, se é pequena corrupção, o que é que se passou.

Portanto, pergunto-lhe se tem memória de alguma vez, em algum Conselho de Administração, se ter discutido algum caso de corrupção ou tentativa de corrupção envolvendo a Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Não, não tenho.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

É agora a vez do Grupo Parlamentar do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Obrigado, Sr. Presidente.

Também vou ser relativamente rápido.

Queria voltar a uma questão que já foi abordada, que são as operações de concessão de crédito para compra de ações, em que as garantias são as próprias ações.

O Dr. Vítor Fernandes já nos disse que, no segundo semestre de 2007, não conseguiu precisar exatamente quando, foi chamado ao gabinete do Vice-Presidente para discutir um destes empréstimos, que acabou por não se concretizar e que envolvia umas dezenas de milhões de euros — o empréstimo era da ordem das dezenas de milhões de euros.

A pergunta que tenho de lhe fazer não é sobre este caso específico — já falou —, é em geral: qual era o clima, a cultura reinante na Caixa relativamente a este tipo de operações, operações desta natureza, em que se emprestava dinheiro para que alguém comprasse ações em que as garantias eram as próprias ações? Qual era, no Conselho de Administração, a opinião geral, o sentimento, o espírito relativamente a este tipo de operações consideradas normais, consideradas operações arriscadas que deviam ser evitadas? Qual era a perceção que recolheu sobre esta matéria?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Sr. Deputado, como referi há pouco, nós não discutíamos casos concretos de crédito em Conselho de Administração. Mas posso dizer-lhe que financiamento para compra de ações é uma prática mundial, não é só portuguesa.

Penso que deve haver poucas OPA por esse mundo que não são financiadas.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP):- Com isso, está a dizer que, sendo uma prática normal a nível mundial, era também considerada na Caixa, nessa altura, uma prática normal e, portanto, não se colocava qualquer tipo de restrições, a não ser aquelas que decorressem da análise da área comercial caso a caso.

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — O financiamento, a compra de ações ou a compra de participações financeiras era uma prática na Caixa. Penso

que era uma prática noutros bancos e hoje continua-se, em algumas circunstâncias, a financiarem-se ações.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP):- Muito bem. Agradeço-lhe a resposta.

Outra questão: nesta Comissão de Inquérito, o Prof. Dr. Eduardo Paz Ferreira disse, a certa altura, que o Sr. José Berardo tinha um tratamento especial à margem das regras. Pergunto-lhe se, nalgum momento, se apercebeu disso e em que circunstâncias.

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Não, não me apercebi. Aliás, nem conhecia o Comendador José Berardo.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP):- Mesmo não conhecendo, podia ter-se apercebido de que ele tinha um tratamento especial. Daí a pergunta.

Passo, então, à frente: também nesta audição, o Dr. Manuel Oliveira Rego, que foi ex-revisor oficial de contas da Caixa, disse que reportava problemas que se passavam na Caixa, nomeadamente ao nível da concessão de crédito, à tutela. Pergunto-lhe se, em algum momento, no Conselho de Administração, terá havido uma discussão ou terá sido abordado qualquer tema relativo a uma intervenção da tutela sobre esse tema, em consequência dos relatórios que lhe chegavam sobre os indícios graves de problemas.

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Nunca tive conhecimento desses problemas e, aliás, não deveriam ser graves porque, senão, o revisor oficial de contas deveria tê-lo colocado na sua opinião.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Portanto, estas questões nunca lá foram abordadas nem houve qualquer discussão ou debate sobre uma possível, eventual, intervenção da tutela sobre esta matéria?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Penso que as comunicações eram à tutela e não à Caixa.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — A minha pergunta não foi essa.

As comunicações eram à tutela e, em função dessas comunicações, a tutela poderia ter tido algum tipo de intervenção junto do Conselho de Administração. O que pergunto é se essa intervenção existiu, se tem conhecimento de que tenha existido, e a que é que deu origem.

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Não tenho conhecimento de nenhum contacto da tutela sobre essa matéria.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Muito bem.

Tenho uma última pergunta, à qual já respondeu parcialmente, mas fiquei insatisfeito com a resposta.

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Pode tentar outra vez.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Quando lhe perguntaram quem é que falhou, o Sr. Dr. Vítor Fernandes referiu-se à crise de 2007/2008, dizendo que foi provavelmente a maior desde 1930, ou seja, dos últimos 80 anos. Obviamente que a crise afetou o sistema financeiro, afetou o sistema bancário, mas não terá umas costas tão largas que possa assumir toda a responsabilidade do que aconteceu. Haverá causas internas na Caixa Geral de Depósitos, e também noutros bancos, mas estamos na Comissão Parlamentar de Inquérito da Caixa Geral de Depósitos.

Sem prejuízo do papel que a crise tenha tido e sem menosprezar o impacto da crise, pergunto-lhe: internamente, na Caixa, o que é que falhou

para que se tivessem registado prejuízos tão elevados que, na amostra considerada no relatório da Ernst & Young, ascendem a quase 2000 milhões de euros, mais concretamente 1760 milhões de euros?

Portanto, aceitando a sua resposta e remetendo para a crise alguma responsabilidade, pergunto-lhe se não encontra, também, falhas a nível interno, ou seja, nos procedimentos, nas pessoas, na organização da estrutura interna da Caixa, que ajudem a compreender perdas tão avultadas que, em última análise, acabam por ser pagas pelo contribuinte. Daí também a importância desta questão, isto é, de apurar quem falhou para evitar que isso se repita no futuro.

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Sr. Deputado, depois da crise de 2008/2009, e até mais tarde, todos os processos de crédito e de risco na banca global foram alterados. Todos! Em todo o mundo... em Portugal, hoje, as regras de controlo de risco, de definição de apetite de risco, de sistemas de segregação de funções, tudo isso foi completamente alterado. Completamente.

Até 2007, havia... Acho que podemos dizer que, até 2007, não só em Portugal mas em geral, houve alguma euforia financeira. Não só em Portugal, mas em todo o mundo. Essa euforia teve consequências e também as teve na Caixa.

O Sr. **Presidente**: — Concluiu, Sr. Deputado?

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — A resposta que esperava não era bem essa!

*Risos.*

Reconhecendo o impacto da crise financeira, neste e noutros bancos, e a partir da experiência que teve na Caixa durante um período relativamente alargado, de oito anos, perguntava se — para ajudar esta Comissão de Inquérito — consegue identificar outras falhas ou outros fatores que tenham contribuído para esses prejuízos.

O Sr. Doutor optou por me falar novamente da crise, o que eu agradeço, mas insisto na pergunta: com a sua experiência de oito anos na Caixa, naquele período, além da crise e sem menosprezar o impacto da mesma, consegue identificar outros aspetos onde houve falhas? Ou dirá que a culpa é toda da crise e que dentro da Caixa foi tudo perfeito e nada falhou?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Sr. Deputado, naturalmente, não é tudo perfeito. Nenhuma organização é perfeita.

Na altura, como já referi, a Caixa tinha uma organização de risco em linha com as práticas e as estruturas de risco dos outros bancos. Portanto, não foi por deficiente modelo de risco, de admissão e de controlo de risco, que as perdas ocorreram. Mas as políticas são postas em prática por pessoas e, em algumas circunstâncias, os seres humanos falham!

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Pode identificar quem cometeu essas falhas humanas, ou seja, em sua opinião, quem tenha estado na origem ou contribuído para este prejuízo tão avultado?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Não...

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Sr. Presidente, assim sendo, não tenho mais questões a colocar.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, pelo Grupo Parlamentar do PSD, o Sr. Deputado Virgílio Macedo.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Dr. Vítor Fernandes, a quem gostaria de colocar apenas duas ou três questões.

O Dr. Vítor Fernandes já nos disse que quem o convidou para ir para o BCP foi o Dr. Santos Ferreira. Em sua opinião, qual foi a razão apresentada pelo Dr. Santos Ferreira para o convidar a si para o acompanhar para o BCP?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Sr. Deputado, acho que isso tem de perguntar ao Dr. Santos Ferreira.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Na sua opinião! Ou seja, acha que poderá ter sido pela sua competência na área dos seguros?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Acho que me fica mal dizer as minhas características, mas... Não sei se é pelo meu passado como auditor ou como segurador, mas sou tido como uma pessoa rigorosa.

Comandei uma área seguradora que juntou a Fidelidade Mundial e depois a Império Bonança, que, no ano de 2007, teve um lucro de mais de 190 milhões de euros e, entre 2000 e 2007, teve mais de 600 milhões de euros de lucro. Não creio que alguma vez tenha dado problemas.

Estive no processo de mudança do sistema informático da Caixa, o chamado «projeto SIG», e comandei a mudança de *outsourcing* de toda a infraestrutura, o que terminou no final de 2007. Tenho uma carreira bancária e seguradora... acho que tinha currículo para ser convidado, mas fica-me mal dizê-lo.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — O Dr. Santos Ferreira não lhe explicou, é isso? Só o convidou, dizendo que gostaria que o acompanhasse para fazer parte da nova equipa de gestão do BCP?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Como disse no início, trabalhei com o Dr. Santos Ferreira, na Mundial Confiança durante seis ou sete anos, portanto ele conhecia-me há bastante tempo.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Só mais uma questão, já não tanto relacionada com esta audição mas para antecipar outras que iremos ter. Lembra-se de quais eram os pelouros que o Dr. Armando Vara tinha na Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Penso que eram, fundamentalmente, pelouros na área comercial. A área comercial tinha a Direção de Empresas Sul, acho eu...

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Direção de Empresas Sul?

O Sr. Dr. **Vítor Fernandes**: — Penso que sim. Acho que era Empresas Sul... Tinha a comunicação, calculo, acho eu. Não me recordo.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Muito bem.  
Sr. Presidente, é tudo.

O Sr. **Presidente**: — Assim sendo, uma vez que o Partido Socialista não intervém nesta segunda ronda e deduzindo eu que não haverá pedidos de

intervenção para uma terceira ronda, dou por concluída esta audição, não sem antes agradecer, uma vez mais, a presença do Dr. Vítor Fernandes.

Srs. Deputados, teremos uma nova audição amanhã, às 17 horas.

Muito obrigado e uma boa tarde a todas e a todos.

*Eram 18 horas e 54 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.